

POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DESAFIOS À FORMAÇÃO DE ESTUDANTES PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

PUBLIC POLICIES FOR INCLUSIVE EDUCATION: CHALLENGES TO TRAINING STUDENTS TARGETED TO SPECIAL EDUCATION

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA LA EDUCACIÓN INCLUSIVA: DESAFÍOS PARA LA FORMACIÓN DE ESTUDIANTES ORIENTADOS A LA EDUCACIÓN ESPECIAL

Célia Regina Machado Jannuzzi Loureiro ¹

Rosilene Lima da Silva²

Resumo: O presente texto tem por objetivo demonstrar como as Políticas Públicas de Educação Especial na perspectiva Inclusiva vêm acontecendo na prática escolar. Essa pesquisa foi realizada em uma escola da rede municipal de Duque de Caxias, localizada na Baixada Fluminense do Estado do Rio de Janeiro que possuía em seu quadro discente, estudantes com deficiência matriculados que contavam com apoio do Atendimento Educacional Especializado – Sala de Recursos Multifuncionais. Trata-se de um relato de experiência por meio de uma pesquisa exploratória, os instrumentos de coleta dos dados se deram por meio de observação da prática e da análise de documentos. Os resultados evidenciaram que a maioria dos alunos público-alvo da Educação Especial frequentavam o AEE e que embora as Políticas Públicas garantam a matrícula, o acesso e a permanência desses estudantes são ameaçados por falta de recursos, como: verbas para adequações dos espaços físicos, compra de material e capacitação dos profissionais. Por outro lado, muitas conquistas vêm acontecendo, como atendimento aos estudantes com deficiência na escola antes mesmo da implementação do Decreto N. 7611/2011. Portanto se ainda não atingimos todos os recursos necessários inerentes aos processos inclusivos, vislumbra-se o caminho para que a inclusão aconteça de forma efetiva e realmente satisfatória.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Educação Especial. Educação Inclusiva

Abstract: This text aims to demonstrate how Public Policies on Special Education in the Inclusive perspective have been happening in school practice. This research was carried out in a school in the municipal network of Duque de Caxias, located in the Baixada Fluminense of the State of Rio de Janeiro, which had enrolled students with disabilities on its staff who had the support of the Specialized Educational Service - Multifunctional Resource Room. It is an experience report through an exploratory research, the instruments of data collection were given through observation of the

¹ Orientadora Educacional no Município de Duque de Caxias, graduada em Pedagogia pela UERJ. Pós-graduada em Psicopedagogia pela UCAM. Pós-graduada em Educação Profissional e Tecnologia Inclusiva pelo IFTM. Mestre em Educação pela UFRRJ. E-mail: celiaregina5@ig.com.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2701-0615>.

² Pedagoga no Instituto Federal do Maranhão (IFMA), campus São Luís- Maracanã. Docente colaboradora na Especialização em Educação Profissional Inclusiva, IFTM campus Avançado Uberaba- Parque Tecnológico. Mestra em Educação pela UFRRJ. E-mail: rosilnelima@ifma.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1989-0587>.

practice and the analysis of documents. The results showed that the majority of students targeted by Special Education attended the AEE and that although Public Policies guarantee the enrollment, access and permanence of these students are threatened by the lack of resources, such as: funds to adapt physical spaces, purchase of material and training of professionals. On the other hand, many achievements have been happening, such as attending students with disabilities at school even before the implementation of Decree N. 7611/2011. Therefore, if we have not yet reached all the necessary resources inherent to inclusive processes, we are on the way for inclusion to happen effectively and really satisfactorily.

Keywords: Public policy. Special education. Inclusive education.

Resumen: Este texto tiene como objetivo demostrar cómo las Políticas Públicas de Educación Especial en la perspectiva Inclusiva se vienen dando en la práctica escolar. Esta investigación se llevó a cabo en una escuela de la red municipal de Duque de Caxias, ubicada en la Baixada Fluminense del Estado de Río de Janeiro, que había inscrito a estudiantes con discapacidad en su plantilla que contaba con el apoyo del Servicio Educativo Especializado - Multifuncional Aula de recursos. Es un relato de experiencia a través de una investigación exploratoria, los instrumentos de recolección de datos se dieron a través de la observación de la práctica y el análisis de documentos. Los resultados arrojaron que la mayoría de los estudiantes objetivo de Educación Especial asistieron a la AEE y que si bien las Políticas Públicas garantizan la matrícula, el acceso y permanencia de estos estudiantes se ven amenazados por la falta de recursos, como: fondos para adecuar espacios físicos, compra de material y formación de profesionales. Por otro lado, se han ido sucediendo muchos logros, como la asistencia a los estudiantes con discapacidad en la escuela incluso antes de la implementación del Decreto N. 7611/2011. Por lo tanto, si aún no hemos alcanzado todos los recursos necesarios inherentes a los procesos inclusivos, estamos en camino de que la inclusión se produzca de manera efectiva y realmente satisfactoria.

Palabras-clave: Políticas públicas. Educación especial. Educación inclusiva

Introdução

Educação Especial e Educação Inclusiva são expressões que fazem parte do cotidiano das escolas brasileiras, os educadores vêm se debruçando sobre esses temas e muitos são os debates acerca de toda a problemática que gira em torno deles.

No presente trabalho procuramos realizar um recorte a partir do relato de experiências acerca do trabalho desenvolvido em uma Escola pública do Município de Duque de Caxias no Estado do Rio de Janeiro, destacando quais são os desafios vivenciados no cotidiano escolar para o público-alvo da Educação Especial a partir das Políticas Públicas de Educação Inclusiva implementadas em âmbito municipal.

Acreditamos que a partir da experiência vivenciada no cotidiano de uma escola é possível surgirem questões importantes que contribuam para o debate acadêmico e para outras pesquisas a serem realizadas sobre Educação Inclusiva.

A Escola em questão faz parte da Rede Municipal de Educação de Duque de Caxias. Duque de Caxias que é um dos dez municípios da Baixada Fluminense no Estado do Rio de Janeiro. A Baixada Fluminense é uma área geográfica, cultural e política marcada por grandes diversidades econômicas e por um alto índice populacional.

Durante muito tempo a Educação Especial no Brasil apresentou um caráter segregador e seguiu um modelo médico de avaliação, de seleção, de orientação e atendimento aos estudantes com deficiência, embasada no paradigma de segregação em instituições especializadas, justificando que assim esses discentes seriam melhor atendidos de acordo com suas necessidades de aprendizagem (MENDES,2006)

Contudo, a partir da década de 70, a Educação Especial passa por três fases bem marcantes: inicialmente existe a Educação Especial ainda de forma bem segregada e excludente, a seguir a Educação Especial começa um processo de Integração Educacional e pouco a pouco caminhou-se para a Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva motivada principalmente pelos acordos e encontros internacionais como os acontecidos em Jontien e a Declaração de Salamanca.

Diante desse breve contexto histórico de mudanças de concepções social, política e educacional instituídas para a modalidade da Educação Especial e especialmente considerando o contexto atual, o objetivo geral dessa pesquisa é apresentar qual a relação entre as políticas públicas de Educação Especial e o cotidiano escolar dos alunos com deficiência na Escola pesquisada.

Os objetivos específicos desta pesquisa são:

- ✓ Caracterizar as Políticas públicas de educação quanto à inclusão dos estudantes público-alvo da Educação Especial, sua concepção e a implementação, no município de Duque de Caxias;
- ✓ Apresentar as experiências do processo de inclusão dos estudantes público-alvo da Educação Especial nas turmas regulares da Escola *lócus* do estudo;

A Escola pesquisada é uma Escola que vem apresentando uma Educação de qualidade para a Comunidade de Jardim Primavera, tanto para os alunos com deficiência quanto os sem deficiência, desse modo, o pensar sobre o fazer da Comunidade Escolar e suas experiências com a Educação Inclusiva podem contribuir de forma efetiva para o debate acadêmico sobre o trabalho com os alunos com deficiência.

Metodologia

O presente artigo é um relato de experiências e a pesquisa foi realizada em uma Escola da Rede Municipal de Duque de Caxias, situada na Baixada Fluminense de Duque de Caxias.

A Escola pesquisada atende a Educação Infantil (3 turmas), o 1º Segmento do Ensino Fundamental (11 turmas), o 2º. Segmento (6 turmas) e a EJA (3 turmas), funcionando em três turnos (manhã, tarde e noite). Cerca de 60 profissionais estão envolvidos nessa atuação, na Equipe Diretiva – Diretora e Vice-Diretora, na Equipe técnico pedagógica- 2 Orientadores Educacionais e 3 Orientadores Pedagógicos, o corpo docente possui 39 Professores, e a equipe de apoio/administrativa conta com: 4 auxiliares de limpeza, 3 merendeiras, 2 porteiros, 3 agentes de apoio a inclusão, 4 auxiliares de secretaria, 1secretária escolar, 2 inspetores, 3 dirigentes de turno.

A Escola possui dez salas de aula, pátio interno, um terreno externo que é utilizado de forma adaptada como quadra de esportes, secretaria, 3 pequenos depósitos, 1 sala de leitura, refeitório, cozinha, 1 banheiro para funcionários, banheiros para alunos (sexo masculino e feminino), 2 banheiros mistos para alunos da Educação Infantil e mais um banheiro misto que pode ser utilizado por todos (o que pode vir a favorecer quem não se identifica com um gênero específico, tanto alunos quanto funcionários).

Durante a pesquisa foram feitas análises documentais e pesquisa de campo, observando a Escola pesquisada, a pesquisa teve como delimitação os estudos feitos acerca da interface das políticas públicas inclusivas e os estudantes público-alvo da Educação Especial nessa Escola, dos quais as discussões e fundamentações serão embasadas na Teoria Crítica da Sociedade, sobretudo no pensamento do filósofo/sociólogo Theodor W. Adorno.

Uma ferramenta importante na construção desse artigo desta pesquisa foi análise documental, portanto acredito ser importante nomear quais foram os principais documentos pesquisados.

Nos aspectos da Legislação Federal foram consultados principalmente os seguintes documentos: Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e a Nota Técnica do MEC no. 14.

Sobre a Legislação Municipal de Duque de Caxias: Plano Municipal de Educação, Pressupostos Filosóficos de Duque de Caxias, Roteiro para Investigação do Comportamento Adaptativo, In: Coordenadoria de Educação Especial - gestão 2009/2012: Protocolos de avaliação, acompanhamento e indicação de suporte para alunos com necessidades

educacionais especiais. , Resolução de Matrícula no. 001 de outubro de 2019 da SME Duque de Caxias, RJ.; Avaliação Inicial: parâmetros para a observação do estudante da Coordenadoria de Educação Especial (CEE) - Secretaria Municipal de Educação (SME), 2015. , Proposta Pedagógica da Secretaria de Educação de Duque de Caxias: Volume 2: Proposta Pedagógica – Duque de Caxias, RJ: SME, 2004.

Sobre a escola pesquisada tivemos a oportunidade de ter acesso aos seguintes documentos: PPP (versões 2018,2019 e 2020), Plano de Ação da Equipe Técnico Pedagógica (versões 2018,2019 e 2020), Livros de Atas dos Conselhos de Classe, Reuniões Pedagógicas e Grupos de estudos e aos Planos de Gestão. Tendo em vista que a gestão atual se encontra no terceiro mandato a consulta à dois dos três planos foram de extrema importância por que nos permitiram identificar quais foram as demandas, as críticas, as observações realizadas pelos professores, profissionais da escola, responsáveis e alunos. Essas informações tiveram sua pertinência respaldada através das Atas de todas as reuniões onde estavam registradas todas as informações descritas nos planos de gestão. Foi possível também aprofundar as questões pertinentes ao cotidiano da Escola pesquisada através da consulta à Dissertação de mestrado de Célia Loureiro que aborda as Políticas de Educação Inclusiva da escola pesquisada

Fundamentação Teórica

Adorno (1995) nos provoca a refletir sobre quais propósitos a educação/escolarização objetiva ao preparar as pessoas em seu meio social, se somente as adaptações ou questionamentos para além dessa adaptação, ou seja, faz-se necessário entendermos qual educação queremos. Queremos apenas reproduzir a sociedade que temos, queremos apenas preparar nossos estudantes para o mercado de trabalho ou queremos mais que isso, queremos uma sociedade mais inclusiva, mais cooperativa, mais humana? Dentro desses questionamentos está implícito que o principal é combater o que Adorno (1995) nos lembrava: “de que não podemos permitir que Auschwitz se repita, que é necessário desbarbarizar nossa sociedade”.

Atualmente a escola trabalha com a inclusão de todos, entretanto, essa concepção assegurada pelas políticas públicas foi trazida e incorporada de importantes documentos estabelecidos em conferências internacionais patrocinadas e influenciadas por organismos internacionais que estavam/estão intimamente ligados ao interesse do capital, portanto, parafraseando o mestre Paulo Freire (2000) não seremos ingênuos de pensar que somente a

escola pode modificar toda a sociedade, tornando-a inclusiva, mas tampouco sem ela as mudanças acontecerão.

Nesta perspectiva é necessário para pensar em inclusão, refletirmos também sobre exclusão. Não falamos apenas da exclusão dos estudantes público-alvo da Educação Especial, mas de todos que fugiam do padrão: estudantes oriundos das classes populares, estudantes com dificuldade de aprendizagem, estudantes cujas famílias não conseguiam dar o suporte que a escola exigia (financeiro, pedagógico, emocional e participativo).

A inclusão dos estudantes público-alvo da Educação Especial nas classes regulares consiste em um trabalho desafiador, mas desafio não quer dizer problema e, não precisa ter uma conotação negativa. Neste sentido, Adorno (2006, p. 146) nos fala sobre essa inserção de pessoas que tradicionalmente ficavam fora do processo educacional: é preciso lembrar que hoje --- e isto é bom --- inserem-se no processo educacional milhões de pessoas que antigamente não participavam do mesmo e que desde o início provavelmente não possuem condições de perceber aquilo a que nos referimos. “

Ao incluir estudantes público-alvo da Educação Especial todos ganham, aprendendo desde cedo a conviver com a diversidade humana. Os estudantes sem deficiência aprendem a respeitar, aprendem a juntos procurar soluções no cotidiano, pois por maior que sejam os apoios externos dados aos estudantes com necessidades especiais, no dia a dia, sempre vão surgir desafios que podem e geralmente precisam ser resolvidos com o auxílio de todos, isso nos faz crescer como seres humanos, mas também auxilia na aprendizagem de todos, visto que a resolução de problemas práticos é uma excelente ferramenta pedagógica de aprendizagem (MANTOAN, 2003).

É na vida real, no cotidiano que as soluções são encontradas. Desse modo, nos perguntamos: A formação dos professores é importante? Ou seria a formação associada à prática a solução do problema? Essa prática/práxis precisa de conhecimentos e apropriações teóricas?

Para exercerem à docência tanto na Classe Comum quanto no Atendimento Educacional Especializado – (AEE) é necessário que os professores tenham formação inicial que o habilitem para o exercício de suas funções. Para atuar na Educação Especial, por exemplo, o professor deve ter como base da sua formação inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Essa formação deve:

Possibilitar a sua atuação no Atendimento Educacional Especializado, aprofundar o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns

do ensino regular, nas salas de recursos, nos centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares, para a oferta dos serviços e recursos de Educação Especial. (BRASIL, 2008).

No entanto o que se vê e o que se houve dos discentes é que na prática existe uma defasagem enorme nas seguintes questões: o Estado é falho em promover a capacitação e a formação continuada dos profissionais do magistério, os recursos e tecnologias de educação a distância são poucos (o que em tempos de pandemia que demandam atividades remotas o prejuízo é grandioso), falhos e não são todos os educadores que tem possibilidade de acesso a esses recursos, muitas vezes, faltam ferramentas básicas como um computador ou um rede de internet, a formação inicial dos profissionais do magistério não é suficientemente subsidiada e são poucas as horas-aulas e disciplinas dedicadas ao ensino das pessoas com deficiência.

Os profissionais que segundo a Declaração de Salamanca (1994), quando trata do novo pensar em Educação Especial, traz orientações para a ação em nível nacional, dentre as quais está o “Recrutamento e Treinamento de Educadores Especiais”, os quais devem ser habilitados para trabalharem em ambientes diferentes e em um papel-chave em programas de Educação Especial, na promoção de progresso no sentido do estabelecimento de escolas inclusivas” não é seguida criteriosamente.

É notória a percepção de que de uma maneira geral “a organização do processo de trabalho nas instituições escolares passou a ser regida pelos critérios do tempo de trabalho e pelas exigências de redução de custos, o que levou à proletarização do profissional da educação!” (BRUNO, 2010)

Outros fatores, além da formação dos Educadores, precisam ser pensados, pois ao iniciarmos um debate acerca da inclusão é preciso levar em conta que os processos de integração dos estudantes público-alvo da Educação Especial nas escolas de ensino regular, embora chegasse de forma tímida integrando os espaços separados nas classes especiais, ainda assim demonstrou avanços significativos, posto que anteriormente o ensino era totalmente excludente ou segregador.

Cabe registrar também que historicamente nem todas as deficiências foram tratadas da mesma forma, as deficiências visuais e auditivas recebiam mais atenção, pois as pessoas com essas deficiências eram consideradas mais aptas à escolarização do que as pessoas com deficiência intelectual. Tendo como exemplo, no período imperial a abertura de duas escolas importantes que existem até hoje, uma para pessoas cegas e outra para pessoas surdas: O Imperial Instituto dos Meninos Cegos (1854), hoje Instituto Benjamim Constant, e mais tarde

o Instituto Imperial de Surdos-Mudos (1857), hoje INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos, mas nenhuma escola para pessoas com Deficiência Intelectual.

Contudo, os processos inclusivos nas escolas regulares trazem uma mudança no paradigma excludente das escolas e da própria sociedade. Damasceno (2010) nos aponta o fato de que o movimento inclusivo nos possibilita a emancipação e autorreflexão sobre toda a sociedade que nos dias atuais é essencialmente excludente resultado do sistema capitalista. As políticas públicas de inclusão vem, desde a década de 90, a partir de parâmetros discutidos internacionalmente³, assegurar a participação das pessoas com deficiência no Ensino Regular, porém, sem ofertar os recursos necessários para a implementação desses projetos, pela falta de investimento e valorização da educação, típicos de países em desenvolvimento, pautados por orientações de países desenvolvidos, detentores do capital.

Apresentação dos resultados

O município de Duque de Caxias tem uma longa história de luta em prol da Educação Inclusiva bem sedimentada, sendo inclusive considerado pioneiro na implantação de uma proposta inclusiva no estado do Rio de Janeiro, já no final da década de 70, anteriormente à Declaração de Salamanca, que é considerada um marco na Educação Inclusiva.

203

Neste contexto, a Proposta Pedagógica do Município de Duque de Caxias (2004) relata que: “A Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias, em 1978, a partir do Serviço de Orientação Educacional – SOE, iniciou o trabalho educacional junto aos alunos Portadores de Deficiência na Rede Municipal de Ensino”. (SME, 2004, p. 116)

Em 1979 surgiu o Serviço de Educação Especial criado a partir do Serviço de Orientação Educacional, foram criadas classes especiais para “Deficientes” Intelectuais e Auditivos. Em 1989, a Rede Municipal iniciou estudos para que o atendimento passasse de um enfoque médico para um enfoque pedagógico com estudos baseados em Vygotsky e Piaget, esses estudos foram muito importantes, pois foi verificado pela equipe da SME da época que a maioria dos estudantes matriculados em classes especiais como estudantes com deficiência intelectual na verdade eram estudantes com dificuldades de aprendizagem.

Desse modo, Leite (2002) nos conta que em 1989 iniciou-se o atendimento em sala de recursos multifuncionais, exclusivo para os estudantes surdos na Escola Municipal Castelo

³ Essas discussões internacionais se deram em movimentos, seminários, encontros e declarações como os de Jontien e Salamanca.

Branco (hoje Escola Municipal Olga Teixeira) e em 1990 foram abertas salas de recursos para estudantes com deficiência física, intelectual e visual.

Em 1992 foi inaugurada a Escola Especial em Jardim Primavera no espaço onde funcionava à ACAE (Associação Caxiense de Assistência ao Excepcional) e anos mais tarde a escola passou a ser uma escola de Ensino Regular, porém continuou conhecida como Escola Especial. No entanto, com a transição de Escola Especial para Escola Regular, embora tenha perdido a característica segregadora, aconteceram prejuízos, mães de estudantes relatam que as principais perdas foram às equipes multidisciplinares que atendiam aos estudantes (como fonoaudiólogos e psicólogos) e o atendimento mais individualizado e direcionado aos estudantes público-alvo da Educação Especial. Lembrando que embora o trabalho do professor de AEE deva ocorrer de forma colaborativa muitas vezes acontece o equívoco de se atribuir somente a esse profissional o encargo com os alunos público-alvo da Educação Especial, esse equívoco está presente não somente nas práticas escolares, mas até mesmo perpassa nas legislações em vigor como ressalta Souza (2019):

Observa-se que diversas são as atribuições dos professores do Atendimento Educacional Especializado – (AEE). Os próprios verbos imprimem ações técnicas, gestoras e pedagógicas a serem realizadas na escola, além das funções já contempladas no Art. 13 da LDB - 9.394/96, que são comuns a todos os professores. Entretanto, fica visível nessa Resolução de nº 04 CNE/CEB/2009, que o professor do Atendimento Educacional Especializado – (AEE) é o responsável pela materialização da política educacional inclusiva, quando na verdade não apenas os docentes necessitam entender de Educação Especial e de educação inclusiva, mas os gestores e coordenadores de ensino e pedagógicos. (SOUZA, 2019, p.2)

Durante as décadas seguintes a Educação Especial de Duque de Caxias ampliou sua rede de atendimento aos estudantes público-alvo da Educação Especial com a abertura de novas salas de recursos, classes especiais (de cegos, surdos, de autismos, de deficiência intelectual severa, de múltiplas deficiências) e contou com a assessoria de importantes nomes do meio acadêmico como: Carlos Skliar, Rosana Glat e Maria Teresa Mantoan e tendo à frente de suas chefias professoras universitárias como Edicléia Mascarenhas e Mariângela Monteiro.

Hoje, a Educação Especial do Município de Duque de Caxias conta com a Coordenadoria de Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação. Na resolução de matrícula (documento que orienta anualmente as matrículas) constam orientações para

matrículas com estudantes público-alvo da Educação Especial entre elas: período de matrícula, número de estudantes por turma, quem é o público-alvo da Educação Especial, etc.

A escola pesquisada segundo o Censo Escolar do mês de maio de 2020 possui 550 alunos matriculados no Ensino Regular, desses 550 estudantes matriculados, 18 alunos são estudantes público-alvo da Educação Especial e encontram-se matriculados na Sala de Recursos com atendimento educacional especializado. Além desses 18 alunos, a Escola em março de 2020 aguardava a liberação de uma nova Sala de Recursos (o que por conta da pandemia da Covid-19, que trouxe a suspensão das aulas presenciais não aconteceu), de modo que existiam 16 alunos aguardando uma vaga, que já estavam em fase de finalização da avaliação, para ocupar as vagas na Sala de Recursos, caso a mesma fosse liberada, assim como o contrato de um novo professor.

Nas Escolas da Rede Municipal de Duque de Caxias, segundo o documento de Resolução de Matrícula (anos de 2019, 2020 e 2021), o número máximo de alunos em Salas de Recursos são 14 alunos (a turma da escola já excede em quatro) e o atendimento é individualizado ou em pequenos grupos (duplas ou trios), acontece no contra turno sempre que possível (embora a legislação preconize que sempre deve ser no contra turno) em aulas com duração de 50 minutos, duas ou três vezes por semana, durante a Essa informação nos aponta um dado extremamente importante, não só na experiência dessa escola, mas aponta para uma questão: O excesso de estudantes que acontece nas salas de aula brasileiras também acontece nas Salas de Recursos Multifuncionais? Seria o número grande de alunos também nas Salas de Recursos uma sinalização da falta de investimento e a sobrecarga na atuação dos professores em geral e também do professor de AEE?

O Percorso escolar que um aluno público-alvo da Educação Especial percorre até sua matrícula na Sala de Recursos pode acontecer de duas formas nas Escolas do Município, e consequentemente, na Escola pesquisada:

- A família no ato da matrícula apresenta um laudo médico que indica que o estudante tem alguma deficiência, ou tem Transtorno Global do desenvolvimento ou tem altas habilidades, ou seja, é público-alvo da Educação Especial, nesse caso a matrícula é imediatamente feita tanto no Ensino Regular quanto na Sala de Recursos.
- A família não apresenta o laudo médico. Nesse caso, se a família informou a dificuldade do aluno ou se a escola percebeu a dificuldade do aluno, é dado início ao processo para inserção desse aluno em Sala de Recursos. Esse

processo é feito por meio de uma avaliação que consiste em quatro etapas (Entrevista com os pais, Avaliação Cognitiva do aluno, Relatório do professor do Ensino Regular e Parecer Conclusivo da Escola), após essas etapas o resultado é enviado à Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias para que seja autorizada a matrícula da criança. É importante registrar que o aluno não fica sem frequentar o ensino regular durante o processo de avaliação. Essa forma de avaliação feita pelo município está amparada na Nota técnica no. 14 do MEC/Brasil.

A escola possui dez salas de aula para o ensino regular e uma sala aonde funciona a Sala de Recursos Multifuncionais, a professora faz horário vertical para poder atender aos alunos dos dois turnos no contra turno.

Os alunos do 1º segmento que frequentam a sala de recursos não possuem histórico de passagem por classe especial, já foram diretamente matriculados no Ensino Regular. Três dos 18 alunos da Sala de Recursos estão atualmente no 2º. Segmento do Ensino fundamental e tem em suas histórias passagem por classes especiais, são alunos com mais de quinze anos de idade. Cabe destacar que embora essa passagem tenha legitimado a escolarização, não garantiu a socialização, tampouco a alfabetização desses estudantes.

As famílias dos estudantes público-alvo da Educação Especial de um modo geral conseguem atendimento de forma rápida na escola e sua matrícula no Ensino Regular é feita da mesma forma que os demais estudantes, não sendo à eles dificultado o acesso, embora a escola perceba uma certa insegurança por parte dos pais ao chegarem na escola primeira vez, pois as experiências e vivências que estes familiares tiveram com a questão da deficiência durante a história de suas vidas e de seus filhos de certo modo influenciam suas atitudes.

Não obstante as legislações (Constituição Brasileira, Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, LDBEN de 1996, Lei Brasileira da Inclusão) garantam o acesso a matrícula, a permanência e o atendimento educacional especializado dos estudantes público-alvo da Educação Especial na rede pública preferencialmente no Ensino Regular, por diversos fatores: falta de infraestrutura, de acolhimento da equipe escolar, insegurança dos docentes por se sentirem despreparados para receberem esses alunos, esse acesso muitas vezes ainda é dificultado e mesmo quando a matrícula é assegurada os pais sentem-se inseguros se esse seria o melhor lugar para seus filhos. Durante o encontro realizado entre o CNE e o MEC em 19 de novembro de 2018 para discutirem a Política de Educação Especial, a Educadora Mônica Pereira dos Santos ressaltou que embora a Educação

Especial ainda esteja caminhando, não pode mais ser vista como assistencial e que liberdade de escolha não pode ser retrocesso ao Ensino excludente e segregador visto nas classes e escolas especiais.

As expectativas que os pais dos alunos público-alvo da Educação Especial demonstram sobre o futuro de seus filhos são as mesmas que os demais pais têm para seus filhos, mas tanto pais, como funcionários, como os professores gostariam que os suportes previstos nas legislações fossem garantidos, visto que interferem diretamente na qualidade do ensino oferecido:

Ainda é nítida a preocupação dos Responsáveis com a questão da alfabetização. Segundo Vóvio (2010, p. 69), os processos de alfabetização e escolarização trazem consequências para os sujeitos que deles encontram-se excluídos, “principalmente, porque os colocam em desvantagem no jogo social e pelo estigma atribuído socialmente aos que não sabem ler e escrever ou não se escolarizam”. (CAMPOS e DUARTE, 2011, p. 278)

Considerando que as Políticas Públicas propõem proporcionar suporte financeiro, materiais específicos, formação para professores, verbas para aquisição de materiais pedagógicos, verbas para execução de obras que permitam acessibilidade, verbas que garantam acessibilidade de comunicação, funcionários especializados no apoio aos alunos público-alvo da Educação Especial (mediadores, tradutores e interpretes de libras, cuidadores) é nítido que ainda se tem um longo caminho a percorrer para a garantia desses suportes. Pois:

Considerando que o movimento da Educação para Todos/as e da Educação Inclusiva promoveu a inclusão de crianças, jovens e adultos de grupos vulneráveis nas escolas, agora é necessária uma ruptura paradigmática com relação à compreensão das comunidades escolares sobre o valor e o papel dos pais/mães e outros familiares e responsáveis no processo educacional dos filhos (FERREIRA, 2009, p. 117).

A pesquisa revela ainda que por esses investimentos por parte dos Governos Federais e Municipais serem aquém do necessário, questões significativas, como o desenvolvimento e a aprendizagem de habilidades importantes para a vida em sociedade, para o trabalho e autonomia da pessoa com deficiência intelectual, acabam por ser prejudicados

Na pesquisa ficou claro a preocupação da Escola em encontrar formas para dar suporte a esses alunos. Tal realidade é reforçada pelo empenho da escola em garantir uma segunda sala de recursos, pela preocupação da equipe em ter grupos de estudos sobre temas inclusivos e pelos pedidos dos professores por esses temas.

Observa-se que alguns professores demonstram preocupação, no caso específico dos alunos com deficiência intelectual, referentes a escolarização e à certificação de conclusão; isto é, em fazer cumprir a “terminalidade específica” prevista em lei (LDB n. 9394/96), e o que se observa é a indefinição relacionada ao certificado da escolaridade, ou seja, muitos não estão sabendo qual caminho seguir, em que momento seria prudente oferecer essa conclusão a esses alunos (a Escola tem, por exemplo, uma aluna com 27 anos e que estuda em escolas da Rede Municipal desde os 5 anos).

Ao analisar elementos presentes no cotidiano escolar verifica-se que os professores de um modo geral, precisam de auxílio para garantir que os alunos com deficiência consigam aprender os conteúdos do currículo e atividades que garantam a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela.

Conclusão

O município de Duque de Caxias vem implementando uma Educação Inclusiva, o que traz benefícios não somente para os estudantes público-alvo da Educação Especial, mas também para os demais estudantes tradicionalmente excluídos. Essa inclusão está ocorrendo segundo pesquisadores há pelo menos três décadas e a Escola pesquisada vem contribuindo de forma significativa para que essa inclusão aconteça através de um trabalho inclusivo que ocorre no cotidiano dessa escola.

A Comunidade da Escola pesquisada e demais escolas do Município, assim com outras Escolas públicas no território Nacional percebem que ainda é necessário avançar em muitos pontos, tais como, formação específica para todos os profissionais que lidam com os Estudantes para conseguirem lidar com a diversidade presente nas Escolas, lembrando que essas formações precisam contar com o interesse e o engajamento dos profissionais envolvidos para que haja uma mudança efetiva na escolarização, e posterior, mudança da sociedade. Lembramos também que quando falamos de engajamento de todos os profissionais, falamos não apenas dos professores, mas todos que atuam no Universo escolar, centralmente (professores, orientadores, diretores, auxiliares diversos) e periféricamente (Secretários de Educação, Supervisores, Conselheiros tutelares). A cooperação de todos os envolvidos direta ou indiretamente com os processos de aprendizagem auxiliará na promoção de uma Escola/Educação de qualidade.

Experiências inclusivas podem auxiliar na transformação de toda a sociedade que é essencialmente excludente devido aos princípios capitalistas que a regem, mas a educação pode contribuir de forma realmente efetiva para minimizar os efeitos nefastos dessas exclusões.

Políticas de inclusão aliadas ao desejo dos membros da comunidade escolar e de investimentos sólidos na Educação são o trinômio que pode promover uma inclusão e uma educação de qualidade que, por conseguinte, pode trazer transformações reais na vida de todos os envolvidos nos processos inclusivos, especialmente nos estudantes com deficiência que ganham com a garantia de seus direitos de poderem conviver, desenvolver-se e aprender em um ambiente escolar diversificado.

Referências

ADORNO, Theodor W, HORKHEIMER, Max. **A dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. Paz e Terra: São Paulo, 2006.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. MEC; SEEP; 2008.

BRUNO, Lúcia. Reestruturação capitalista. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. Disponível em: <https://gestrado.net.br/verbetes/reestruturacao-capitalista/>. Acesso em 27 de março de 2021

CAMPOS, Juliane Ap. de Paula Perez. DUARTE, Márcia. O aluno com deficiência na EJA: reflexões sobre o atendimento educacional especializado a partir do relato de uma professora da Educação Especial. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 24, n. 40, p. 271-284, maio/ago. 2011

DAMASCENO, Allan Rocha. **Educação Inclusiva e Organização da Escola: Projeto Pedagógico Na Perspectiva Da Teoria Crítica**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal Fluminense - UFF. Niterói, RJ 2010.

DUQUE DE CAXIAS. Roteiro para Investigação do Comportamento Adaptativo. In: FERNANDES E. M. (org. e coord.). **Coordenadoria de Educação Especial - gestão 2009/2012: Protocolos de avaliação, acompanhamento e indicação de suporte para alunos com necessidades educacionais especiais**. SME/CEE, 2012.

DUQUE DE CAXIAS. Secretaria Municipal de Educação. **Resolução de Matrícula no. 001 de outubro de 2019**. Duque de Caxias, RJ: SME, 2019.

FERREIRA, W. B. EJA & deficiência: estudo da oferta da modalidade EJA para estudantes com deficiência. In: PAIVA, J.; BARBOSA, M.J.; FERREIRA, W. B. **Educação de Jovens e adultos: o que dizem as pesquisas**. Recife: Gráfica J. Luiz Vasconcelos, 2009. p. 75-128

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. Apresentação de Ana Maria Araújo Freire. Carta-prefácio de Balduino A. Andreola. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

LEITE, Ana Maria Alexandre Leite. **Escola Regional Meriti: Limites e Possibilidades da Escola Inclusiva**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro. 2002

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **O direito à diferença na igualdade dos direitos – questões sobre a inclusão escolar de pessoas com deficiências**. UNICAMP. SP.2003

MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. v. 11 n. 33 set./dez. 2006. p.387-405.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO **Avaliação Inicial: parâmetros para a observação do estudante**. Coordenadoria de Educação Especial (CEE), Secretaria Municipal de Educação (SME), 2015.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **Proposta Pedagógica da Secretaria de Educação de Duque de Caxias: Volume 2: Proposta Pedagógica – Duque de Caxias, RJ: SME, 2004.**

SOUZA, Gercineide Maia de. A configuração do trabalho docente no processo de inclusão escolar: colaboração entre o/a professor/a do Atendimento Educacional Especializado - (AEE) e os/as professores/as da sala de aula comum. In: Reunião Nacional da ANPEd - Educação Pública e Pesquisa: ataques, lutas e resistências. **Anais...** 39º., 2019, Niterói, RJ.

Recebido em: 12 de fevereiro de 2021.

Aprovado em: 16 de março de 2021.